

UM PERCURSO PELA HISTÓRIA DE FLORENÇA (1207 - 1512): AS LUTAS SOCIAIS E AS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS

Fabiana de Jesus Benetti ¹

Resumo: Este texto nasce a partir de estudos sobre o tema do conflito político em Maquiavel e da afirmação do autor de que todas as cidades são marcadas por divisões e lutas internas que podem ser benéficas às instituições políticas. Roma e Florença são dois grandes exemplos usados por Maquiavel em seus textos. Mas, se ambas as cidades coincidem quanto à relevância dos conflitos políticos, não há entre elas uma coincidência com relação às características da divisão social e nem com relação ao que resulta das dissensões: em Florença foram criadas muitas divisões internas, diferente de outras cidades, como é o caso de Roam, que foram marcadas apenas por uma divisão. Desse modo, o objetivo do trabalho é apresentar elementos que permitam compreender a natureza da divisão social florentina. Para alcançar tal fim, faremos um levantamento dos eventos que aconteceram na cidade de Florença, do ano de 1207 até o ano de 1512.

Palavras-chave: Conflito político. Divisão social. Florença.

A COURSE THROUGH THE HISTORY OF FLORENCE (1207 - 1512): SOCIAL STRUGGLES AND POLITICAL TRANSFORMATIONS

Abstract: This text was born out of studies on the theme of political conflict in Machiavelli and the author's assertion that all cities are marked by divisions and internal struggles that can be beneficial to political institutions. Rome and Florence are two great examples used by Machiavelli in his texts. However, while both cities coincide in terms of the relevance of political conflicts, there is no coincidence between them in terms of the characteristics of social division or what results from dissent: in Florence many internal divisions were created, unlike other cities, such as Rome, which were marked by only one division. The purpose of this paper is therefore to present elements that allow us to understand the nature of Florentine social division. To achieve this, we will survey the events that took place in the city of Florence from 1207 to 1512.

Keywords: Political conflict. Social division. Florence.

¹ Doutora em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Professora de Filosofia do Instituto Federal do Paraná, *campus* de Cascavel. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5004320562268290>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8817-2258>.

1 Introdução

O tema das divisões sociais, e do conflito político que deriva de tais divisões, é fortemente presente nos textos de Maquiavel, em especial nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* e na *História de Florença*. Já nos *Discursos*, Maquiavel confere centralidade às dissensões que ocorrem nas cidades e apresenta argumentos que destacam os benefícios que resultaram da luta entre a plebe e o senado romano. Também nos *Discursos*, Maquiavel analisa os conflitos que aconteceram em Roma e Florença, enfatizando as diferenças no modo como tais cidades os experimentaram. Dentre as diferenças, a natureza das lutas internas é preeminente: em Florença as lutas aconteceram em grande número. No próêmio da *História de Florença*, Maquiavel ressalta este caráter dos conflitos de Florença ao dizer que “a maioria das outras repúblicas das quais se tem alguma notícia contentou-se com uma divisão, em razão da qual, segundo os acontecimentos, ora cresceram, ora declinaram, mas Florença, não contente com uma, criou muitas” (Maquiavel, 2007, p.8). Considerando esta particularidade que marca a história de Florença, neste texto apresentaremos um levantamento de eventos que aconteceram na cidade, do ano de 1207 até o ano de 1512. Um percurso histórico por meio do qual gostaríamos de dar ênfase a três movimentos: a) as lutas sociais que ocorreram na cidade; b) o constante entrelaçamento entre as transformações sociais e políticas em Florença; c) a construção da esfera popular na sociedade florentina, que está atrelada às várias lutas que marcaram aquela sociedade.

2 As lutas sociais e as transformações políticas em Florença

Crivellucci explica que, no início da liberdade de Florença, a cidade era regida por cônsules (*consoli*)², os quais tinham características e competências muito específicas. De acordo com o autor, eles eram cidadãos conceituados na cidade, fosse por seu nome ou por sua idade, tendo

² Villani (1997, p.53) explica que as primeiras edificações de Florença foram feitas a partir de modelos de ordenamentos que havia em Roma. Ao narrar a reedificação de Florença, o autor revela que isto significou a adoção do modelo de governo a partir das autoridades dos cônsules, do conselho dos cem e dos Cai.

autoridade legislativa, judiciária, militar, administrativa, moderada pela Credência (*Credenza*) ou Senado de 100 Bons Homens (*Senato de 100 Buoni Uomini*), cidadãos conceituados por nome ou por idade, e pelo Parlamento ou conselho dos cidadãos, isto é, de todos aqueles que haviam direito políticos³[...] (CRIVELLUCCI, 1877, p. 240)⁴.

No ano de 1207, uma novidade é introduzida nos cargos de governo de Florença, com a instituição do potestade (*Podestà*). Do cargo de potestade derivava a função de administração imparcial da justiça, uma necessidade que, de acordo com Crivellucci, nascia do choque que se estabelecia entre as leis e costumes dos senhores feudais (que passaram a viver na cidade) com as leis e costumes da população mais antiga de Florença. Para que este critério de imparcialidade fosse bem observado, o cargo de potestade era concedido a uma pessoa de fora da cidade e que deveria pertencer à nobreza. Assim como ocorria na escolha dos cônsules, cabia aos senadores determinar quem ocuparia o cargo de potestade e, como consequência do surgimento desta nova função, os cônsules tiveram reduzida sua autoridade. De início, isto aconteceu de modo mais modesto, mas aos poucos o potestade foi ampliando seus poderes para as esferas políticas e militares. No seio da cidade, o potestade “respeitava a autoridade imperial, favorecia as razões dos nobres e representava na cidadania a prevalência da parte aristocrática” (CRIVELLUCCI, 1877, p.242).

De 1207 a 1250 tem-se o período da segunda constituição florentina, um período marcado pela luta entre as facções dos guelfos (Guelfi), que representariam o povo, e dos gibelinos (*Ghibellini*), que representariam a nobreza⁵ (esses últimos, contando com uma prevalência política que derivava de apoios externos, como o do Imperador tedesco e de Frederico II)⁶. Tal apoio foi

³ Há, nesse período, uma diferença entre quem é considerado cidadão e quem apenas habita a cidade. Crivellucci apresenta alguns números que nos permitem ter uma dimensão do que isto significou em alguns momentos da história “cerca de 1.500, segundo a conjectura de Vellari, para 70.000 habitantes nos primeiros tempos da República, quando o Parlamento se reunia nas igrejas e no Palazzo dell’Arcivescovo; 3.500 para 120.000 em 1345; 3.200 para 90.000 habitantes em 1495, como veremos falando do Conselho Grande” (CRIVELLUCCI, 1877, p. 253).

⁴ Todas as citações desta obra são de tradução nossa.

⁵ Sobre esta identidade entre guelfos/povo e gibelinos/nobres, Salvemini esclarece que, no século XIII, não haveria uma exata correção entre estas junções binárias. O motivo que o historiador levanta é o fato de que, em Florença, não haviam apenas dois partidos guelfos/populares e gibelinos/nobres, dado que tanto uma quanto a outra facção seriam de nobres. Ao invés disto, haveria três partidos: guelfos, gibelinos e o partido popular. Mas Salvemini também esclarece dois quadros existentes nas relações entre estes grupos: o primeiro quadro se apresenta logo na metade do século quando o *popolo* demonstra ser mais favorável aos guelfos; o segundo quadro se delinea após a batalha de Montaperti, cujas consequências selaram as inimizades entre *popolo* e gibelinos, “e a respeito disto se pode dizer sem erro, especialmente depois de 1260, que os *Popolani* florentinos são Guelfos. Mas disto não é lícito deduzir que todos os Guelfos são *Popolani* e que todos os Nobres são Gibelinos: contra os *Popolani* estão, além dos Nobres Gibelinos, também os Nobres Guelfos [...]” (SALVEMINI, 1899, p. 8-9).

⁶ Neste período, a Itália é marcada pelas disputas políticas entre o Império e o Papado. O que se expressa comumente é que estas duas facções, guelfos e gibelinos, assumiam cada qual uma posição com relação a estas disputas: enquanto os guelfos defendiam o governo do Papado, direito investido por Deus, os gibelinos posicionavam-se a favor da supremacia do Imperador. Como explica Salvemini, esta é a definição que dão a maior parte dos historiados que escrevem sobre as cidades (*comuni*) italianas, identificando, em geral, os guelfos como o partido do povo, enquanto que os gibelinos seriam

determinante para a manutenção de poderes e, quando ele faltou, para as mudanças nos ordenamentos da república. As benesses que os gibelinos recebiam por parte dos estrangeiros, fizeram com que, por um tempo, tivessem prevalência nesta luta, mas quando o apoio externo lhes faltou,

a burguesia, ou aqueles homens ditos de meio, assumiu e, confinados juntos em outubro de 1250, nomearam 26⁷ cabos (*caporali*) do povo para reformar o governo, seis por bairro, e estabeleceram as bases da terceira constituição, que se chamou *primo popolo ou popolo vecchio* (CRIVELLUCCI, 1877, p.242)⁸.

A terceira constituição (1250-1260) traz, como grande novidade, a instauração do capitão do povo (*Capitano del Popolo*)⁹ e a criação do ofício de Anciãos (*Anziani*). Deste modo a república passa a ser organizada do seguinte modo:

os Anciões, o Conselho dos 100 e o Parlamento constituíam o governo central, aos lados, de uma parte e da outra destes, o Potestade e o Capitão, com seus respectivos conselhos maiores e menores, se equilibravam, reunindo sob eles as forças do *Comune* e do *Popolo*, da nobreza e da burguesia, uma armada de frente à outra (CRIVELLUCCI, 1877, p.244).

Importante, nesta descrição que Crivellucci faz dos novos ordenamentos de Florença, é que ele revela quem está sendo chamado de povo neste momento específico¹⁰. O termo se revela a partir

os partidários da nobreza “os Gibelinos são sustentadores da unidade da Itália sob o cetro imperial, os Guelfos lutam pela independência nacional frente ao Império e pela liberdade do papado” (SALVEMINI, 1899, p.02). Em discordância com esta leitura, Salvemini indica que os fatos permitem ver que esta divisão tão delimitada não corresponde aos verdadeiros anseios destes grupos, que “combatem por razões independentes da luta entre o Papado e o Império” (SALVEMINI, 1899, p.02).

⁷ Villani (1997, p.117) informa o número de 36 *caporali di popolo*, considerando que a cidade era dividida em seis bairros e cada um deles tinham seis representantes, o número indicado por Crivellucci deve ser um erro de digitação.

⁸ Villani narra o ocorrido no capítulo 39, livro VII da sua Crônica, página 116 da edição que usamos.

⁹ À instituição do primeiro povo (*primo popolo*) em Florença, antecede uma situação em que o povo encontrava-se sofrendo com a tirania vinda da casa dos Uberti e dos demais nobres gibelinos. Foi a revolta contra esta situação que culminou com a reforma dos ordenamentos. Segundo narra Villani, “[...] com a sua força fizeram XXXVI *capolari* do povo, e tiraram a senhoria à potestade que agora havia em Florença e removeram todos os oficiais. E feito isto, sem disputas se ordenaram e fizeram o povo, com algumas novas ordens e estatutos, e elegeram como capitão do povo (*capitano di popolo*) messer Uberto da Lucca; e foi ele o primeiro capitão de Florença (VILLANI, 1997, p.117).

¹⁰ Isto não significa que esta definição possa descrever de modo fechado quem era considerado o povo florentino. De acordo com Giansante, ao longo do século XIII não há uma homogeneidade em torno dos que compõe a parte popular da cidade de Florença. Antes da batalha de *Montaperti* era chamado de *Primo Popolo* o conjunto de cidadãos formados, em grande parte, por “famílias de banqueiros, mercantes (*mercanti*), e artesãos (artigiani) e, com um papel de gestão, de juristas e notários (*notai*). Sob a liderança deles, política e firmemente organizado nas sociedades de ofícios (*di mestieri*), o povo havia implementado, na década de sua hegemonia (1250-1260), uma coerente exclusão dos *milites* das posições de governo. A vitória gibelina do 1260 criava uma fratura no movimento popular, freando sua ascensão e restituindo o prestígio e peso político da *militia*. Nos anos sucessivos (1260-1267) os lados (*schieramenti*) se tornam mais fluidos:

da divisão entre dois grupos: a classe dos nobres e a classe burguesa. Esta última era formada pelos ricos comerciantes que emergiam na cidade de Florença. Ou seja, o povo não está restrito a uma classe social de pobres. Ao contrário disto, ele correspondia, também, a este extrato social que ganha poderes econômicos e cujos interesses se chocam com os interesses da nobreza. Este povo não tem, desde sempre, direitos políticos garantidos, é a partir das lutas travadas que estes direitos vão sendo conquistados e ampliados na cidade. É por isto que a instauração do capitão do povo é de grande importância política, já que ele passa a representar para a burguesia o mesmo que o *ostade* representava para os nobres na constituição anterior¹¹. Ou seja, o capitão passa a ser uma importante figura política também para a outra parcela da sociedade florentina, equilibrando os poderes com relação à nobreza. De modo mais específico, este poder era centralizado nos assuntos militares, dado que o capitão é a figura responsável por uma companhia militar totalmente reorganizada, um exército popular “para combater quando necessário os inimigos externos e os grandes” (CRIVELLUCCI, 1877, p. 243); este poder se estendia, também, para algumas competências judiciárias, visto que “o Capitão era [...] como o tribuno, o general, o juiz daquela multidão armada” (CRIVELLUCCI, 1877, p. 243).

Depois de instituídos estes novos ordenamentos, como fica a situação do povo no período da terceira constituição?¹² De acordo com Crivellucci, o povo continuava a reunir-se no Parlamento e a exercer funções que já eram de sua prática, como a função de eleger o Senado e a função de aprovação das leis e dos magistrados (estes eram propostos pelo Senado e aprovados pelo povo). Para além disto, agora o povo também se reunia para exercer “o mesmo poder nos Conselhos Gerais (*Consiglio Generali*) e Especiais (*Speciali*) do Capitão e do Potestade, conselhos que se erguiam naturalmente a partir dos membros do Parlamento e compreendiam grandíssima parte do povo”

popolo grasso e *popolo minuto* se distanciam, o primeiro se aliando com os *milites* moderados em posição de domínio, o segundo permanecendo substancialmente marginalizado do centro de poder” (GIANSANTE, 2013, p.554, todas as citações desta obra são de tradução nossa).

¹¹ No que diz respeito ao acesso ao cargo neste período, não havia diferenças com relação àquilo que configurava o potestade e o capitão, visto que ambos tinham o tempo máximo de um ano para exercer sua função no governo e ambos deveriam ser forasteiros e nobres. A maior diferença entre eles é que o capitão deveria, necessariamente, ser guelfo.

¹² Os números, apresentados por Salvemini, nos permitem ter uma dimensão da extensão do poder popular entre os anos de 1250 e 1260: “sobre 176 nomes de Anciões que governaram o Comune entre 1250 e 1260, apenas dois poderiam ser considerados como nome de Magnati; e destes um, Ranieri Frescobaldi, seria guelfo; o outro, Aimerio Cosi, seria gibelino: todo os outros 174 nomes são de Popolani. E entre estes apenas 21 surgem dos Guelfos e 18 dos Gibelinos; os restantes 135 nomes pertencem a pessoas, das quais não há notícias que fossem ligados a outro partido que ao popular. E a respeito de 661 nomes, quantidade daqueles Conselheiros florentinos dos anos 1254, 1255, 1256, encontramos apenas 14 Grandi, dos quais 3 gibelinos e 11 guelfos; a respeito dos 647 nomes de Popolani, 60 são gibelinos, 37 guelfos. Nada melhor do que esta cifra demonstra em Florença na metade do século XIII a existência de um partido popular, que na sua massa não é nem guelfo nem gibelinos e é nitidamente distinto dos Nobres gibelinos como dos Nobres guelfos” (SALVEMINI, 1899, p. 6-7).

(CRIVELLUCCI, 1877, p. 244-245). Ocorre que, neste período, o exercício do povo não passa por uma transformação no que diz respeito à sua antiga forma e substância, o que muda é a introdução de alguns novos modos, porque “humores (*umori*) novos entram e se agitam na cidade, introduzem-se algumas instituições novas, as quais, porém, repousam sobre os mesmos princípios das antigas” (CRIVELLUCCI, 1877, p.245).

O fim da terceira constituição aconteceu no ano de 1260¹³ e o motivo para o término foi a sua anulação. No entanto, como explica Crivellucci, mesmo com a anulação, seus princípios fundamentais foram retomados na elaboração da quarta constituição. Isto significa que foram feitas algumas mudanças, mas que se preservou a substância da antiga. A quarta constituição é elaborada num cenário político diverso, no qual o povo havia assumido o controle da cidade (*tornò padrone della città*)¹⁴. Com esta retomada são restaurados os ordenamentos anteriores do Parlamento, do Senado e dos Bons Homens¹⁵. Na avaliação de Crivellucci, a partir deste momento Florença começa a viver um avanço da parte democrática, porque parcelas, antes excluídas, passam a acessar lugares de poder. Este movimento teria começado primeiro com o acesso das Artes Maiores (*Arti Maggiori*) nos cargos de governo, depois com as Artes Menores (*Arti Minori*) e, no final, com o acesso da plebe. O fator determinante para este avanço foi o fato de que, com a nova constituição, o poder do povo tem um acréscimo, tendo em vista que ele passa a ocupar espaços no Parlamento ou nos Conselhos Especiais e Gerais¹⁶, enquanto os grandes vão perdendo estes espaços. Como explica Crivellucci, a burguesia e as Artes “[...] haviam conquistado uma parte grandíssima no governo da

¹³ No ano de 1260 acontece a batalha de Montaperti, da qual saem vitoriosos os gibelinos. De acordo com Salvemini, com esta derrota, o acesso ao cargo de Priori pelos guelfos “parece ter se perdido; mas em 1266, enfraquecida a potência gibelina, o partido popular recupera vigor e as sete Artes maiores formaram uma nova liga e se deram os cargos de Priori uma outra vez” (Salvemini, 1899, p. 98). Para Salvemini, o dano sofrido pelo povo na batalha fez com que definitivamente ele se tornasse imigo do gibelinos, sem possibilidade de reconciliação.

¹⁴ Após a Batalha de Montaperti, a facção gibelina passa a tyrannizar o povo, apoiando-se nos poderes de Manfredi e do Conde Guido Novello, que passou a exercer a potestade de Florença. Esta situação se reverte logo após a morte de Manfredi, quando o povo, apoiado por Carlo d’Angiò, passa a exercer poderes na cidade.

¹⁵ A quarta constituição também mantém as formas substanciais das antigas constituições, trazendo como mudança a nomenclatura do cargo de *Anziani* para *Buoni Uomini*, de modo que a ordenação dos poderes passa a ser: Parlamento, Senado e Bons Homens. Conforme narra Villani: “tornada a parte guelfa em Florença, e vindo o vigário (*vicario*) nomeado potestade pelo rei Carlo [...] e feitos XII bons homens ao modo que antigamente faziam os anciões que regiam a república, se reformaram o conselho de 100 bons homens de povo, sem a deliberação dos quais nenhuma grande coisa nem despesa se podia fazer” (VILLANI, 1997, p.156).

¹⁶ O texto de Villani (1997, p.196-197) oferece esclarecimentos acerca do modo como operavam estes conselhos que permaneceram mesmo com a nova constituição. Em torno ao capitão havia o “conselho dos 100 bons homens do povo”, por onde passavam as primeiras deliberações a serem feitas sobre assuntos da cidade, depois as consultas passavam pelo “conselho dos chefes das artes maiores” e pelo “conselho da credencia (*credenza*)”. Estes dois últimos Conselhos eram formados por 80 homens e todos os Conselhos, somados com o Geral, possuíam uma quantidade de 300 homens que eram *popolani* e guelfos. Depois que este trâmite se findava, as mesmas propostas passavam pelos conselhos do potestade. Sobre os conselhos ligados ao potestade, Villani diz que o primeiro conselho era formado por 90 homens e que entre eles haviam *grandi* e *popolani* e os chefes (*capitudini*) das artes, o outro conselho ao qual o historiador faz referência é o conselho geral, formando por 300 homens cujas condições eram as mais variadas.

república, porque, enquanto os grandes eram excluídos dos conselhos do Capitão e daquele dos Cento, os *popolani* entravam em todos os conselhos do Potestade” (Crivellucci, 1877, p.246).

Em 1282, as Artes Maiores¹⁷ tinham uma expressiva parte de poder em Florença, visto que seus líderes (*capitadini*) participavam de todos os conselhos, fossem os do capitão do povo, fosse do potestade. Este poder se alargou ainda mais, neste mesmo ano, quando se estabeleceu

que os Priores (*Priori*)¹⁸ das três Artes principais de Calimala, do Câmbio e da Lã, fossem assessores do Capitão ao invés dos Anciões e com ele tivessem autoridade suprema do Estado”. Pouco depois foi estendido este direito às outras Artes Maiores, e mais tarde constituídas as Artes Menores, tendo algumas sido anexadas às Maiores, o número de Priores chegou a 12 (CRIVELLUCCI, 1877, p. 246-247).

Outro fato importante, que marca o final do século XIII, é a criação dos Ordenamentos de Justiça no ano de 1283 (*Ordinamenti di Giustizia*). Conforme narra Villani, tais ordenamentos correspondem às leis que foram reformadas na cidade, tendo em vista reparar as violências que os “grandes e potentes” dirigiam às pessoas e aos bens dos “*popolani* e impotentes”. A dimensão desta reforma é sentida quando Villani qualifica a reforma dizendo que “se ordenaram certas leis e estatutos muito fortes e graves contra os grandes e potentes que fizessem força e violência contra os populares” (VILLANI, 1997, p.228). Duas medidas, que nascem com os Ordenamentos, devem ser destacadas: a primeira é que os grandes ficam obrigados a se inscrever nas Artes, como condição para terem lugar de participação nos cargos da República¹⁹; a segunda é a criação do cargo de Gonfaloneiro de Justiça (*gonfaloniere di giustizia*), que se somaria ao Priores no governo da cidade,

¹⁷ Guidi destaca que no final do século XIII à frente do governo de Florença estão os homens chamados homens das artes, identificando quem são estes homens neste período: “aqueles que por capacidade, riqueza, ou matrimônio, se elevavam acima da massa, tem a possibilidade de variar a situação na qual o nascimento os colocou. Aquele que, deixando o condado, vai para a cidade industrializada, tem a possibilidade de encontrar trabalho e se inscrever nas artes. Quem, no correr dos anos, e depois de ter conquistado a estima das pessoas que vivem vizinhas a si (aqueles que são parte do mesmo povo e outras que são registrados na mesma arte), o camponês, o homem do condado, pode ser admitido a participar à vida do estado” (GUIDI, 1972, p.348).

¹⁸ Villani descreve a criação deste novo ofício em Florença, definindo o significado do termo Priori. Segundo sua narrativa, no ano de 1282 “se criou e fez novo ofício e senhoria ao governo da dita cidade de Florença, o qual se chamaram priores das artes (*priori dell’arti*): o qual nome priores das artes quer dizer os primeiros eleitos sobre os outros” (Villani, 1997, p.191).

¹⁹ Com relação ao significado geral desta mudança, Guidi diz que “os ordenamentos de justiça de 1292 haviam posto inovações fundamentais à constituição florentina, porque haviam estabelecido que poderia entrar nos ofícios do *comune* somente aqueles que exerciam uma atividade de trabalho, ou, ao menos depois da modificação de 1295, aqueles que eram registrados em uma das vinte e uma artes” (GUIDI, 1972, p. 353). E com relação às especificidades das mudanças para os grandes, Guidi destaca duas situações: havia um percentual preestabelecido para a participação dos grandes nos ofícios comunais; e esta participação era condicionada aos ofícios em que não ocorriam exercícios de soberania, “com base nos ordenamentos de justiça os grandes eram excluídos do priorado (rub. 3), do *gonfalonierato* do conselho do povo e do *capitadini* das artes” (GUIDI, 1972, 351/ nota 08).

e foi estipulado que cada um dos bairros (*sesti*) teria um gonfaloneiro como representante e que nenhum dos priores poderia pertencer a casas dos “nobres ditos grandes”. Estes eventos marcam o momento do segundo povo (*secondo popolo*) de Florença, o que Villani descreve como tendo sido não só uma novidade de povo, mas uma transformação do estado que resultou em coisas boas e más à cidade.

Florença passa por uma nova reforma no ano de 1328 e, desta reforma, duas coisas destacamos: a mudança do tempo de governo e a mudança no formato das eleições. Com relação à dinâmica de tempo de governo: as funções de cônsules, anciões e bons homens, tinham, até então, duração de um ano para cada um dos que ocupavam tais cargos; com a reforma, quem ocupasse o cargo de senhoria, no caso agora os Priores, durariam dois meses no ofício. O segundo destaque da reforma incide sobre o modo como tais homens seriam eleitos, que consistia em “um procedimento misto de eleição e de sorte” [CRIVELLUCCI, p. 247]. Esta mudança, com relação ao voto, carrega uma importância muito grande que está diretamente ligada ao direito mais antigo e sacro do povo (*popolo*), que era o direito de votar. Segundo Crivellucci, esta dinâmica de deixar uma parte da eleição à sorte poderia a princípio ser uma ofensa a este direito do povo, mas ele observa que, substancialmente, a dinâmica manteria o objetivo principal de que “a distribuição das honras da República não dependesse de um ou de poucos ambiciosos e potentes e que nenhum tivesse modo de se fazer tirano” (CRIVELLUCCI, 1877, p. 248)²⁰.

Após estas mudanças, a constituição florentina se manteve sem modificações fundamentais por um longo tempo. Uma ressalva se faz entre os anos de 1342 e 1343, período no qual o Duque d’Atene²¹ ocupa e perde a senhoria de Florença. É importante destacar que este período, que permeia

²⁰ Guidi também fala sobre a grande importância que era o momento eleitoral para as cidades-repúblicas, destacando-o como o momento de maior saliência dentre as instâncias da vida política, isto porque os governos tinham suas características modeladas de acordo com o tipo de eleição que se realizavam. De acordo com autor, a prática de eleições com o uso da sorte vinha sendo difundida na Itália desde o final do século XII (nas cidades regidas por *comuni*), e isto significa um retorno a um sistema frequentemente utilizado em cidades helênicas, entre os séculos 4 e 6 a.C., que por uns 15 séculos havia caído em desuso. Com o retorno ao método antigo, “nas *comuni* italianas vieram eleitas a meia sorte as pessoas que depois nomeariam um ou mais cargos públicos; tiveram eleições a meia sorte de um ou mais cargos públicos tiradas de um grupo de pessoas previamente escolhidas; e tiveram eleições de múltiplos graus nas quais, à sorte, associavam-se outros critérios” (GUIDI, 1972, p. 358). De acordo com Guidi, as piores experiências eleitorais foram aquelas cujo método não se pautava no uso da sorte, um exemplo, que justificaria tal avaliação, foram os casos em que a pessoa que ocuparia um determinado cargo público era escolhida por aquela cujo mandato estava finalizando, entre outros casos.

²¹ Conforme dados de Villani, o senhor Gualtiere, Duque d’Atene, foi eleito capitão do povo em junho do ano de 1352, pelo período de um ano. Logo depois, no mês de agosto, ele recebe o comando sobre a capitania geral da guerra e ganha a anuência para “fazer justiça pessoal na cidade e fora dela” (Villani, 1997, p. 616). Como explica Villani, o duque, que tinha este título e não possuía ducado, foi seduzido por “certos grandes de Florença, que continuamente procuravam romper as ordens do povo, e por certos grandes *popolani* por serem senhores e não restituírem os seus débitos a quem deviam pagar” (Villani, 1997, p. 616). Estes grupos da cidade passaram a incutir no duque a ideia de

a ascensão e queda do Duque, foi marcado por reviravoltas entres os grupos da cidade e seus lugares de poder. Recordemos que, até o momento em que o Duque toma o poder em Florença, o governo da cidade estava a cargo do *popolo grasso*, a mudança que ocorre após a saída do Duque é a tentativa de se formar um governo misto entre os nobres e o *popolo grasso*²². No entanto, tal pretensão tem pouca duração e logo os florentinos se encontram em uma situação política na qual ao invés de um governo misto, deste tipo citado, tem-se um governo do *popolo* com a exclusão dos grandes²³. Conforme narra Villani a situação de Florença era a seguinte:

em pouco mais de um ano a nossa cidade teve tantas reviravoltas, e mudaram os estados de regimentos, foi isto; e antes que fosse senhor o duque d'Atene dominavam os *popolari grasso*, e guiavam-na tão mal, como anteriormente puderam entender, que pelo defeito deles vem a tirânica senhoria do duque; e caçado o duque se mantiveram os grandes e os *popolani* juntos, tudo durou pouco tempo, e com saída de grande fortuna. Agora estamos no regimento quase dos artífices e *minuto popolo*²⁴ (VILLANI, 1997, p.638).

Esta conquista por parte do *popolo minuto* não marca, contudo, o último grau das disputas por um lugar na cidade, pois periféricamente aos confrontos entre os *popolo grasso* e *minuto* “se seguiam as pretensões da última plebe que, tomado o poder com o tumulto dos *Ciompi*, ordenou que dos nove Prioros três fossem eleitos a partir das *Arti Maggiori*, três das menores e três da plebe” (Crivellucci, 1877, p.249).

que ele deveria tomar a senhoria da cidade de Florença. Após se convencer disto, o duque passou a tiranizar a cidade e se fez Senhor de tudo, até que no mês de julho, do ano seguinte (1353) ele é caçado do poder.

²² Villani descreve que, no momento em que a cidade de Florença repousou de toda aquela confusão em torno da caçada do duque, puseram-se a reformar os cargos de governo. De acordo com o cronista, “aos grandes parecia razoável, porque tinham sido os principais a recuperar a liberdade do Comune, de ter parte dos ofícios do priorado e de todos os outros; e alguns *popolani grassi* que costumavam governar faziam acordos para tornar ao estado com o apoio dos grandes, com os quais tinham muitos parentes. Os outros artífices e *popolo minuto* eram contentes em dar a eles uma parte de cada um de seus ofícios, salvo o priorado e os doze gonfaloneiros da companhia do povo, e a isto concordavam mais pela conveniência da paz do povo. Mas fora decidido, também, pelo bispo, pelo ofício dos XIII e com o conselho de Sanesi que os grandes teriam parte de todos os ofícios pela unidade do Comune” (VILLANI, 1997, p. 632).

²³ Villani narra um fato curioso com relação a isto. Segundo ele, com a reforma de Florença a senhoria passa às mãos do *popolo*, que estabelece os ordenamentos de justiça reordenando-os contra os grandes. No entanto, o *popolo* decide aceitar um conselho vindo dos embaixadores de Siena, de Perugia e do conde Simone, os quais contavam com o apreço dos florentinos, devido aos socorros que deles tiveram. Este conselho vem em forma de duas petições: “uma que nas chefias da justiça, onde havia a rigidez e crueldade, que bons homens grandes, companheiros de malfeitores, fossem punidos por seus malefícios, se corrigindo; a outra, que certas linhagens de grandes, menos potentes e não perniciosos, se reconduzisse a *popolo*” (VILLANI, 1997, p. 638). Neste mesmo texto, Villani apresenta uma lista com nomes de grandes que foram conduzidos à condição de *popolo*, com o objetivo de fortificar estes e de enfraquecer a potência daqueles.

²⁴ Também lemos em Villani que: “repousada a cidade de Florença de tantas fúrias e perigos, e o *popolo* feito sua prova contra os grandes, e vencido a força e resistência deles em cada parte, o *popolo* montou um grande estado e poder e senhoria, especialmente os medianos e os artífices *minuti* [...]” (VILLANI, 1997, p. 637).

O Tumulto dos *Ciompi*, foi uma revolta ocorrida em Florença entres os meses de junho e agosto de 1378. Este é um capítulo importantíssimo destas lutas que aconteceram em Florença, pois marca a revolta e reivindicações de um grupo que não tinha lugar político na cidade. Para compreender os eventos que se deram em torno ao tumulto, precisamos entender que eram chamados de *Ciompi* os trabalhadores das Artes, em especial aqueles que trabalhavam na Arte da Lã, ou seja, “a plebe menor que surge transcorrendo a cada violência por não poder suportar mais a fome [...]” (GARIN, 1981, p. V). Algumas informações importantes sobre o movimento encontramos no texto *I Ciompi nel 1378*, de Victor I. Rutenburg (1981).

Para começar, Rutenburg narra que no mês de julho os artesões das artes menores fizeram uma marcha armada em frente ao Palazzo dei Priori, da qual participou o partido dos Oito (*partito degli Otto*)²⁵, ecoando o grito de “Viva o *popolo* e as artes”²⁶! A revolta que começara em junho fora marcada pelo ato de incendiar as casas que pertenciam aos *magnati* e aquelas que eram de posse dos guelfos potentes. Mas esta revolta inicial vai tomando proporções maiores de modo tal que, no mês seguinte, continuou com

o ataque às casas dos outros *popolani grassi* e contra as igrejas e os monastérios, onde os ricos, por causa dos tempos inquietos, guardavam os próprios tesouros. Foram também destruídas as terríveis prisões subterrâneas de Stinche e libertados todos os prisioneiros, muitos dos quais foram parar lá por débitos” (RUTENBURG, 1981, p. 2)²⁷.

Se como alvo inicial estão os *magnates* florentinos, de parte Guelfa, o curso da revolta se ampliou para outro extrato da sociedade, a parte potente dos *popolani*. Ocorre que o *popolo grasso*, diante do enfraquecimento dos *magnati*, vê neste período uma oportunidade para fortalecer seu poder. É por isto que Rutenburg analisa que a fase da revolta, que acontece no mês do julho quando os *Ciompi* se voltam também contra os *popolani* ricos da cidade, tenha sido o grande momento da insurreição dos *Ciompi*.

Duas coisas nos parecem importantes para compreender a revolta dos *Ciompi*: os seus personagens e os objetivos que marcam os tumultos. Com relação ao primeiro elemento (os personagens), Rutenburg chama a atenção para a complexidade que marca o tumulto dos *Ciompi*.

²⁵ Neste momento o partido era chefiado por nomes como os de Tommaso Strozzi, Salvestro de’ Medici, Benedetto Alberti, Giovanni Dini.

²⁶ Rutenburg narra a cena ao dizer que “as milícias corporativas (*milizie corporative*), com a qual contava o partido dos oito, reuniram-se nas sedes das próprias artes e depois, ao som do sino da torre do Palazzo dei Priori, dirigiram-se sentido à praça” (RUTENBURG, 1981, p. 1). Sobre estas milícias corporativas, Rutenburg explica que elas eram formadas pelas milícias das artes menores, em sua quase total composição, e por uma milícia das Artes maiores, que era a dos *pellicciai* (peleiros).

²⁷ Todas as citações desta obra são de tradução nossa.



De acordo com ele, esta característica é marcada por dois fatos: entre os participantes da revolta não haviam apenas os operários assalariados e não eram apenas as artes menores que faziam parte da aliança. Quem eram então os personagens que faziam parte deste momento de revolta? Segundo Rutenburg, nesta fase em que o tumulto se desenvolve, o apoio verdadeiro aos *Ciampi* “era constituído de uma parte significativa dos artesões das artes menores, bem como dos operários assalariados e dos inscritos aos membros secundários e submetidos às artes maiores (Seta, Calimala, etc)” (RUTENBURG, 1981, p. 4). Com relação aos objetivos que marcam as aspirações dos *Ciampi*, eles foram definidos pelos trabalhadores, a partir de documentos formulados em reuniões secretas²⁸. O ponto central das pautas estava na reivindicação de direitos políticos, por meio de requerimento para criação de três novas artes para o *popolo minuto*. Participar das Artes naquela época era o que permitia a posse de direitos políticos e isto significava, no âmbito destas reivindicações, ter acesso aos cargos públicos, em especial ter lugar de representação no Priorato, no Gonfaloneiro de Justiça, entre os Doze Bons Homens e os Gonfaloneiros da Milícia,

era a solicitação de conceder aos representantes dos operários a quarta parte de todos os postos no governo. Como já foi dito, tratava-se de um compromisso: a questão que se colocava era aquela de conferir aos *Ciampi* os mesmos direitos do *popolo grasso*, não o de liquidar o poder destes últimos” (RUTENBURG, 1981, p. 4-5).

A primeira aparente conquista dos *Ciampi*, vinda por meio de um decreto de governo, foi a decisão de se criar uma arte nova. Esta arte seria destinada àqueles que, de algum modo, eram excluídos das artes existentes, ou seja, os assalariados que não possuíam vínculo algum com as artes e, também, os que tinham um vínculo com as artes maiores, mas cujos direitos eram bastante restritos. Se, por um lado, esta conquista representava o alcance das reivindicações de participação política, por outro lado, Rutenburg avalia que tal conquista era na verdade uma grande ilusão, isto pois, “a redução de fato da indústria dos tecidos, não apenas privava os *Ciampi* dos próprios salários, como também coloca a cidade à beira da catástrofe econômica” (RUTENBURG, 1981, p.07).

²⁸ Sobre os documentos elaborados durante a revolta, Rutenburg cita três. O primeiro fora chamado de *Il programma del Ronco*, o nome é uma referência a um lugar chamado Ronco, localidade onde haviam reuniões secretas entre os participantes do levante. Este primeiro programa foi base para a construção do segundo que é o *programma di San Lorenzo*, cujo nome é referência à Igreja de San Lorenzo, local no qual ele fora elaborado no dia 21 de julho de 1378. O terceiro programa fora elaborado no mês de agosto e foi chamado de *Il programma di Camaldoli*, de acordo com Rutenburg “os autores do programa, discutido e, em sua substância, aceito em Camaldoli e depois escrito em Santa Maria Novella, eram homens de um só estrato social: os *ciampi*, em modo particular os operários da lã (*scardassieri di lana*), ou seja, os operários assalariados” (RUTENBURG, 1981, p.08).



Todo este desfecho dos tumultos fecha o mês de julho e coloca os *Ciompi* em uma nova luta durante o mês de agosto. Tanto é que no dia 28 de agosto, munidos de arma, os *Ciompi* marcham em direção ao *Palazzo dei Priori*, apresentando um programa com as suas novas reivindicações. No dia seguinte, o 29 de agosto, acontece a eleição do novo Priorado, evento no qual os *Ciompi* conseguem eleger representantes seus nos cargos de Priores. No entanto, o que começa com uma ascensão termina com uma reviravolta, cuja consequência foi o encarceramento destes representantes nas torres, o bloqueio das estradas impedindo a passagem dos *Ciompi* e a execução de chefes dos *Ciompi*: “por primeiro foram executados dois dos chefes dos *Ciompi*, que pagavam assim pela própria <<ação plebeia>>” (RUTENBURG, 1981, p.10). Conforme explica Rutenburg, foi a partir do fechamento das estradas que os *Ciompi* começaram a perceber que seus traidores eram os artesãos (*artigiani*).

Sucessivo a estes acontecimentos em Florença, motivados pelo tumulto dos *Ciompi*, é a prevalência, novamente, de um governo dos *popolani grassi*. A nova reforma florentina coloca a maior parte dos cargos de governo nas mãos das artes maiores, poucas delas ficam a cargo das artes menores e são abolidas da cidade as novas artes, aquelas criadas em benefício dos *Ciompi*. Embora a cidade viesse sendo governada com bastante firmeza, “não deixava a multidão de se agitar, instigada e conduzida pelos Médicis, primeiro por Giovanni e depois por Cosimo, já formidável e que regia o estado por ambição, favor e riquezas que haviam” (CRIVELLUCCI, 1877, p. 258). E é, precisamente, a política dos Medici que marca um novo momento da história florentina, a partir do ano de 1434, quando acontece a volta de Cosimo di Medici à cidade de Florença, após um ano em que esteve exilado²⁹.

Este retorno de Cosimo à cidade aconteceu por decisão da nova Senhoria florentina que naquele momento foi favorável à sua volta. É importante destacar que esta nova Senhoria havia alcançado o posto por meio da eleição por sorteio, o que foi um fator determinante para uma reversão dos conflitos entre a família dos Albizzi e dos Medici. Para compreendermos os fatos, partimos do texto de Rubinstein (1997), o qual indica que as funções da nova Senhoria tiveram início no dia primeiro de setembro do ano de 1434 e no dia 28 do mesmo mês,

²⁹ No ano de 1433, o regime republicano de Florença tinha como governo central as grandes famílias ricas, uma espécie de governo republicano oligárquico. O principal representante desta oligarquia era Rinaldo degli Albizzi. Neste ano, os conflitos que existiam entre Rinaldo Albizzi e Cosimo de Medici, teve como desfecho a condenação de Cosimo a um exílio que deveria durar dez anos. No entanto, no ano seguinte houve uma virada política a partir da qual Cosimo retorna à Firenze e três dias depois Rinaldo degli Albizzi é condenado a sair da cidade.

a Senhoria convocou uma assembleia geral dos cidadãos (Parlamento), e solicitou e obteve a criação de um conselho especial com plenos poderes (Balia), que durou até 31 de dezembro. Foi este conselho que, em 29 de setembro; chamou Cosimo e seus amigos do exílio e, três dias depois, banuiu Rinaldo degli Albizzi e seu filho Ormano (RUBINSTEIN, 1997, p.1-2)³⁰.

Após este evento, os apoiadores dos Albizzi começaram, também, a compartilhar dos destinos daquela família, fosse com a pena do exílio ou com a perda de direitos políticos. O que Rubinstein explica é que tais medidas foram, por um lado, uma espécie de resposta ao que haviam passado os Medici, mas, por outro lado, foi muito maior a dimensão que tais respostas tiveram, no sentido de que teria ocorrido uma penalidade muito mais intensa com relação ao que fora aplicado aos Medici no ano anterior. Para Rubinstein, este “contraste reflete uma diferença de objetivo político: em 1433, a consolidação do regime existente, em 1434 o estabelecimento de um novo” (RUBINSTEIN, 1997, p. 2). Este novo regime, sob a dinastia dos Medici, tem seu primeiro momento até o ano de 1494, quando os Medici são caçados³¹, e é restabelecido o governo republicano em Florença.

Com a queda do governo dos Medici no ano de 1494 e a instauração da república cidadã³², a cidade se vê na necessidade de instituir mudanças, reordenando o governo de modo que este fosse

³⁰ Todas as citações desta obra são de tradução nossa.

³¹ Entre as grandes famílias de Florença, destaca-se a família Medici, que ascende aos poderes a partir de suas atividades comerciais até chegar ao domínio político. Este domínio, tem uma longa duração na história da Itália, visto que os Medici se mantiveram no poder de 1434 até 1737, com alguns poucos intervalos de afastamento. Gilbert, Rubinstein e Crivellucci descrevem características que dão uma dimensão do que era o governo dos Medici. Com Gilbert (1970), conseguimos compreender um pouco como passa a ser organizada a cidade de Florença a partir dos Conselhos e como estes serviram para defender os interesses dos Medici. Segundo o autor, durante o governo dos Medici foram mantidos dois Conselhos mais antigos, que eram o Conselho do *Comune* e o Conselho do *popolo*; e outros dois novos, instituídos pelos próprios Medici: o Conselho dos setenta e o Conselho dos cem. O que explica Gilbert é que a ordenação dos Conselhos se dava de um modo bastante favorável aos Medici, tornando fácil a eles manter suas vontades diante do povo. Os dois últimos Conselhos citados, por exemplo, eram constituídos majoritariamente por patrícios, estes apoiavam os Medici e usavam suas posições para salvaguardar os interesses da família. De modo geral, “a estabilidade do regime mediceu era fundada sobre dois fatores: a divisão da cidadania em vários conselhos, que serviam a ter separados os diversos extratos sociais; e a atribuição dos cargos governativos reservada aos defensores do regime” (GILBERT, 1970, p. 24, todas as citações desta obra são de tradução nossa). Além desta influência sobre os Conselhos, Gilbert e Rubinstein falam sobre o controle de poder que a Família passa a exercer sobre as eleições, pois, “como os direitos constitucionais dos Medici não eram diferentes dos outros cidadãos de sua classe, eles tiveram de exercer sua influência por meio de amigos e apoiadores” (Rubinstein, 1997, p. VI). Isso significa que os Medici usavam de influências para controlar o resultado da eleição, obtendo um resultado que lhes fosse favorável: “no tempo dos Medici os *accoppiatori* foram um fator capital para a manutenção do regime mediceu: colocando nos vários saquinhos só o nome de gente favorável aos Medici eles haviam assegurado a obediência dos órgãos executivos à vontade dos senhores” (GILBERT, 1970, p. 24). Para finalizar a caracterização, Crivellucci resume a política dos Medici em: “golpear com os exílios, com os tributos e, dependendo a ocorrência, também com os assassinatos das famílias estatais do governo passado, e se elevar apoiando com uma mão o *popolo minuto*, com a outra aos Grandes ou feitos de Grandes, isto é, aqueles cidadãos que foram destituídos de direitos de cidadania pela facção inimiga e eram excluídos do governo; e assim se apoderar das bolsas, isto é, tornar-se árbitros das eleições dos magistrados” (CRIVELLUCCI, 1877, p. 259).

³² Felix Gilbert faz uma advertência e explica que, na cidade de Florença, “o termo <<república>> ou <<regime republicano>> referido a Florença indica o sistema político existente nesta cidade entre 1494 e 1512; o termo <<nova

gerido pelos cidadãos. As mudanças começaram pela extinção dos conselhos criados pelos Medici³³ e seguiram com uma reorganização do governo, tendo como norteadores os modelos que haviam sido aplicados quando da fundação de Florença (*del comune*). Deste modo, foi decidido pela junção entre os Conselhos do *Comune* e o Conselho do *Popolo*, que depois passaram a ser chamados, também, pelo nome de Conselho Maior (*Consiglio Maggiore*)³⁴. Gilbert explica que a inspiração para a criação deste Conselho veio do modelo constitucional que havia em Veneza, uma escolha motivada pelo fato de que “a potência, estabilidade e prosperidade de Veneza eram atribuídas à bondade de sua constituição, que se acreditava ter realizado os ideais da sabedoria política clássica” (GILBERT, 1970, p.18).

Mas tudo isto não significa que as disputas internas tenham sido encerradas em Florença, visto que o “contraste entres os grupos que haviam lutado um contra o outro por todo o período da república emerge quase instantaneamente depois da caída dos Medici” (GILBERT, 1970, p.52). Como explica Gilbert, a reforma de 1494, coloca a classe mediana de Florença nos grupos de poderes dirigentes da cidade, o que fez com que, neste período republicano, os grandes se colocassem contra a constituição, na tentativa de promover uma reforma ao que fora instituído. Esta luta dos grandes, para alterar os ordenamentos constitucionais teve diferentes fases, que são mencionadas por Gilbert (1970, p.53): a primeira acontece entres os anos de 1494 e 1498, no entanto este é um período em que os conflitos ficam à sombra das questões sobre a validade da mensagem profética de Savonarola³⁵; a segunda ocorre entre 1498 e 1502, quando as lutas se intensificam com a queda de

república>> se refere ao governo florentino entre 1527 e 1530. Formalmente Florença foi uma república também sob os Medici, entre 1434 e 1494 e entre 1512 e 1527; mas os florentinos faziam uma clara distinção entre o sistema do governo mediceu e os <<governos livres>> do 1494-1512 e do 1527-30. Parece então oportuno reservar o termo <<república>> a estes períodos de governo livre” (GILBERT, 1970, p.11).

³³ No dia 02 de dezembro de 1494 é aprovada, em Florença, uma lei cuja proposta era a de uma reforma de governo. Dentre as mudanças previstas nesta lei esteve a extinção de Conselhos existentes durante o governo Medici: “os conselhos mediceus dos Cem (*del Cento*) e dos Setenta (*dei Settanta*), os Oito de Prática (*gli Otto di Pratica*) e os Doze Procuradores (*i Dodici Procuratori*). Os Conselhos do Povo (*Consigli del Popolo*) e da Comuna (*del Comune*), que haviam sido privados pelos Medici de suas posições anteriores, deviam permanecer os únicos *conselhos adequados* (*consigli opportuni*)” (RUBINSTEIN, 1954, p.151).

³⁴ Sobre as funções do Conselho maior, Gilbert explica que ele “não era concebido como um órgão deliberante, mas havia a função primordial de votar e eleger. A sua tarefa mais importante era de escolher os membros dos vários ofícios executivos. Existia, então, uma estreita relação entre o Conselho maior e a parte do governo que decidia as medidas políticas e cuidava de sua execução” (GILBERT, 1970, p. 20-21). Gilbert também explica que a criação do Conselho Maior rompe com a divisão cidadã que era promovida pelos conselhos no tempo dos Medici, porque o seu formato impedia que houvessem monopólios de uns grupos sobre os outros.

³⁵ O Frei dominicano, Girolamo Savonarola, esteve à frente do governo da república de Florença entres os anos de 1494 e 1498. Savonarola foi muito conhecido pela fama de profeta e pelas campanhas que fazia para moralizar a vida cidadã, colocando-se contra os luxos da nobreza e tecendo várias críticas à Igreja. Em maio de 1498, Savonarola é condenado por heresia e é morto em praça pública. Ainda sob o governo de Savonarola, Maquiavel se candidatou ao posto de secretário da Segunda Chancelaria, mas não alcançou o cargo naquele momento. Após a morte de Savonarola, Maquiavel novamente coloca o seu nome à disposição da república e agora sim consegue ser eleito ao cargo.

Savonarola, nestes anos entra em pauta uma reforma que pudesse reduzir os poderes atribuídos ao Conselho maior; o terceiro momento corresponde à conclusão das discussões feitas nos anos anteriores, resultando em uma moderada reforma “que transformou o ofício de gonfaloneiro em um cargo vitalício” (GILBERT, 1970, p.53); o quarto momento é referente aos anos de 1502 a 1512, e no cerne do conflito está o desejo dos grandes de promover uma reforma, a partir da qual eles pudessem exercer suas influências no governo, ou seja, o que fora decidido no ano de 1502 não lhes causou contentamento; a quinta, e última fase das disputas, acontece no ano de 1512 quando os grandes “acreditaram que tivesse chegado seu momento, porque naquele ano alcançaram uma reforma constitucional que realizava os seus objetivos” (GILBERT, 1970, p.53), no entanto, neste ano ocorre a volta dos Medicis ao poder, o que privou os grandes do alcance de seu projeto.

3 Considerações finais

Se, por um lado, Maquiavel indica os conflitos políticos como algo que atravessa a existência de todas as cidades, por outro lado, ele faz ver que há possibilidades distintas de manifestação e natureza das lutas sociais. Este é o caso da cidade de Florença, que carrega em sua história uma multiplicidade de formas e de motivações que resultaram nas dissensões. Por meio do percurso histórico que acompanhamos, podemos perceber que, no seio florentino, os embates sociais tiveram uma diversidade de polos e de atores, como é o caso das lutas: entre o Papado e o Império; entre as facções dos guelfos e dos gibelinos; entre as distintas classes sociais, por exemplo a nobreza e o *popolo*; entre facções de um mesmo grupo da cidade, como as que ocorreram entre o *popolo grasso* e o *popolo minuto*.

Toda essa multiplicidade de enfrentamentos está inseridas em contextos históricos marcados por um forte entrelaçamento entre as transformações sociais e política. No campo da vida social, Florença passa por mudanças sociais e econômicas que fazem nascer novos atores na cena pública, o que culmina em agitações vindas daqueles que reivindicam um lugar de direito nas instituições. Desse modo, as lutas refletem os interesses daqueles grupos que desejam manter os poderes que possuem contra o interesse daqueles grupos que desejam uma posição nas instituições políticas. O que nos parece é que há, em Florença, uma grande intersecção entre lutas sociais, lutas políticas e a incapacidade das instituições de regular as inimizades. Um conjunto de coisas que marcariam a complexidade do conflito civil naquela cidade.

Referências Bibliográficas

CRIVELLUCCI, Amedeo. "Del governo popolare di Firenze 1494-1512 e del suo riordinamento secondo il Guicciardini." *annali della r. Scuola normale superiore di Pisa. Filosofia e filologia* 2 (1877): 223-338. Disponível em <<<http://www.jstor.org/stable/44459257>>>. Acesso: fev de 2021.

GARIN, Eugênio. Echi del Tumulto dei Ciompi nella cultura del Rinascimento. In: **Il Tumulto dei Ciompi: Um momento di storia Fiorentina ed Europea**. Firenze: Casa Editrice Leo S. Olschki, p. V-XXII.

GIANSANTE, Massimo. Ancora Magnati e Popolani. Riflessioni in Margine a *Politics and Justice* Di Sarah R. Blanshei. **Archivio Storico Italiano**, vol. 171, no. 3 (637), 2013, pp. 543–570. *JSTOR*, www.jstor.org/stable/26226473. Acesso: fev de 2021.

GILBERT, Felix. **Machiavelli e Guicciardini: pensiero politico e storiografia a Firenze nel Cinquecento**. Torino: Einaudi, 1970.

GILBERT, Felix. **Machiavelli e il suo tempo**. Bologna: Il Mulino, 1964.

GUIDI, Guidubaldo. I Sistemi Elettorali Agli Uffici Del Comune Di Firenze Nel Primo Trecento: I sorgere della elezione per squittino (1300-1328). **Archivio Storico Italiano**, vol. 130, no. 3/4 (475), 1972, pp. 345–407. *JSTOR*, www.jstor.org/stable/26258829. Acesso: fev de 2021.

MACHIARELLI. **Tutte Le Opere**. A cura di Mario Martelli. Firenze: Sansoni S.P.A, 1971.

MAQUIAVEL. **Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. Tradução MF, São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL. **História de Florença**. Tradução MF. São Paulo, 2007.

RUTENBURG, Victor. I Ciompi nel 1378. In: **Il Tumulto dei Ciompi: Um momento di storia Fiorentina ed Europea**. Firenze: Casa Editrice Leo S. Olschki, p. 1-12.

SALVEMINI, Gaetano. **Magnati e Popolani in Firenze: dal 1280 al 1295**. Firenze: Tipografia G. Carnesecchi e Figli, 1899.



VILLANI, Giovanni. **Nuova Cronica**. Curatore Giuseppe Porta. Fondazione Pietro Bembo / Ugo Guanda. Editore in Parma, 1991. 1 ed. Elettronica del: 28 ottobre 1997.